

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025

Dispõe sobre os procedimentos internos para solicitações de fornecimento, empenho, liquidação e pagamento de despesas no âmbito da Administração Municipal de Nova Santa Bárbara, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, especialmente o art. 60, que veda a realização de despesas sem prévio empenho;

Considerando as orientações da Instrução Normativa TCE-PR nº 172/2022, que recomenda a padronização de rotinas administrativas e controle interno;

Considerando a necessidade de maior eficiência, segurança e transparência na tramitação de processos de despesa;

Resolve editar a seguinte Instrução Normativa:

CAPÍTULO I – DAS SOLICITAÇÕES DE FORNECIMENTO

Art. 1º As solicitações de fornecimento deverão ser encaminhadas ao Setor de Compras e Licitação, contendo:

- I identificação da Secretaria solicitante;
- II descrição detalhada do item, produto ou serviço;
- III cotação preliminar de preços ou referência de contrato vigente;
- IV número do processo licitatório (quando aplicável);
- V fonte de recurso e número da conta bancária;
- VI assinatura do **ordenador de despesa**.

Art. 2º São responsáveis pelas solicitações os **ordenadores de despesa** de cada Secretaria ou unidade.

Parágrafo único. Havendo inconsistência, a requisição será devolvida ao solicitante para correções.

CAPÍTULO II – DAS SOLICITAÇÕES DE EMPENHO



Art. 3º As solicitações de empenho deverão ser encaminhadas ao Setor de Contabilidade pelo Setor de Compras, acompanhadas de:

- I requisição de fornecimento devidamente assinada;
- II número do processo licitatório;
- III nome e CNPJ do fornecedor;
- IV classificação orçamentária;
- V relação dos bens ou serviços;
- VI guias de retenções e tributos;
- VII assinatura do ordenador de despesa.

Art. 4º As solicitações de **diárias** seguirão procedimento próprio conforme Leis Municipais nº 1.147/2023 e nº 1.233/2025, devendo ser encaminhadas diretamente à Contabilidade.

CAPÍTULO III - DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 5º O responsável pelo recebimento de materiais, produtos ou serviços deverá:

- I conferir o objeto recebido com o solicitado;
- II carimbar e assinar o verso da nota fiscal (nome completo e CPF);
- III anexar o relatório do fiscal do contrato, quando houver;
- IV encaminhar toda a documentação ao Setor de Compras no mesmo dia do recebimento.

Art. 6º O servidor que deixar de encaminhar a nota fiscal poderá responder funcionalmente por atraso ou impossibilidade de pagamento.

CAPÍTULO IV - DAS ASSINATURAS E TRÂMITES DOCUMENTAIS

Art. 7º Todos os documentos relativos à despesa deverão conter as assinaturas dos responsáveis competentes, especialmente:

- I requisição de fornecimento;
- II nota fiscal;
- III relatório de fiscalização;
- IV contrato e eventuais aditivos:
- V nota de empenho;

VI – nota de liquidação;

VII - nota de pagamento.

Art. 8º Os Secretários Municipais deverão comparecer **periodicamente** ao Setor de Contabilidade para assinatura das notas de empenho e liquidação, condição indispensável para liberação de pagamento.

CAPÍTULO V - DO CONTROLE DE VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL

Art. 9º Todos os veículos municipais deverão permanecer vinculados à Secretaria de origem e cadastrados no patrimônio municipal.

Art. 10º O uso de veículo por outra Secretaria dependerá de justificativa formal e autorização do setor competente.
Parágrafo único. Transferência definitiva será formalizada por Ato Administrativo.

Art. 11. O controle de combustível será realizado via Sistema de Controle de Frota, sendo o abastecimento permitido somente mediante requisição autorizada.

CAPÍTULO VI - DOS FORNECEDORES E CONTRATOS

Art. 12. Os fornecedores deverão manter regularidade jurídica e fiscal atualizada (CNPJ, contrato social/estatuto e certidões).

Art. 13. Os contratos serão acompanhados por **gestor e fiscal designados**, que deverão observar:

I – cumprimento dos prazos e obrigações;

II – prorrogações, aditivos e reajustes;

III – emissão de relatórios de execução.

CAPÍTULO VII - DOS PAGAMENTOS

Art. 14. O pagamento das despesas será realizado pela Tesouraria Municipal, após a regular tramitação e assinatura de todos os documentos exigidos.

Art. 15. O prazo máximo para pagamento das despesas é de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, salvo situações devidamente justificadas.

Art. 16. Compete ao Setor de Contabilidade:

- I verificar a existência de saldo orçamentário e financeiro;
- II conferir certidões de regularidade do fornecedor;
- III emitir a Nota de Pagamento;
- IV encaminhar os documentos à Tesouraria.

Art. 17. Compete à Tesouraria Municipal:

- I efetuar o pagamento conforme a programação financeira e disponibilidade de caixa:
- de caixa;
 II vincular o pagamento à conta bancária específica da fonte de recurso;
- III registrar a operação no sistema contábil oficial;
- IV arquivar o comprovante bancário no processo de despesa.
- **Art. 18.** O **ordenador de despesa** é responsável por autorizar o pagamento final e responder solidariamente pela regularidade da liquidação.
- **Art. 19**. As despesas deverão obedecer estritamente à ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/1993 e art. 141 da Lei nº 14.133/2021, salvo justificativa formal.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 20. A emissão de notas de empenho, liquidação e pagamento observará o fluxo descrito no Anexo I Fluxo Simplificado de Despesa Pública.
- Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Contabilidade, podendo ser expedidas Ordens de Serviço complementares.
- Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação interna, revogando disposições em contrário.

Nova Santa Bárbara - PR, 15 de Janeiro de 2025.

Claudemir Valério Prefeito Municipal